

Alteração da
imagem em
respeito à
Lei
13.709/2018
- LGPD

Alteração da
imagem em
respeito à
Lei
13.709/2018
- LGPD

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA.
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
NAS ESCOLAS.

Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal



ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS

Elaboradores

Edileuza Fernandes da Silva

Enílvia Rocha Morato Soares

Rosana César de Arruda Fernandes

Colaboração

Fórum SUBEB-CRE

Coordenações Regionais de Ensino

Erisevelton Silva Lima

Francisco José da Silva

Capa e diagramação

Eduardo Silva Ferreira

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir este país democraticamente [...].

Paulo Freire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 - A DIMENSÃO POLÍTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	11
2 - MOVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA	13
2.1 - Organização inicial para a elaboração coletiva do PPP ...	15
2.1.1 - Comissão organizadora da construção coletiva	16
2.2 - Primeiro movimento: diagnóstico da escola e de seu território	17
2.3 - Segundo Movimento: as concepções que fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas na escola	19
2.4 - Terceiro Movimento: discussão e elaboração do Plano de Ação	21
2.5 - Estrutura do Projeto Político-Pedagógico	25
3 - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: ESPAÇO-TEMPO PRIMORDIAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	29
3.1 - O papel do Coordenador Pedagógico	32
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	40

Tecendo a manhã

João Cabral de Melo Neto

Um galo não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo,
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

INTRODUÇÃO

O poema “Tecendo a manhã”, de João Cabral de Melo Neto, nos leva a refletir sobre o papel do educador e a relevância social de sua profissão. Narra, em versos, a força do movimento coletivo vivenciada em diferentes momentos da história da educação brasileira.

Provocados pelos versos do poeta, analogamente queremos referir-nos à importância do processo de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola que tem na Coordenação Pedagógica o espaço-tempo primordial para essa construção. Não um projeto como documento elaborado para atender a cobranças institucionais, numa perspectiva meramente burocrática que corrobora a alienação, mas como documento resultante de um processo coletivo de avaliação, estudo, reflexão, discussão, escrita e reescrita, principalmente, de decisão democrática.

Ao apresentarmos esta Orientação Pedagógica¹ para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e organização da Coordenação Pedagógica da e na escola, o objetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) é contribuir para que o PPP seja construído coletivamente, fomentando as propostas que são diversas pela especificidade de cada escola. A expectativa é de que esses processos ocorram com ampla participação dos profissionais da educação, estudantes, equipes pedagógicas e gestoras, pais, mães, responsáveis e conselhos escolares na tomada de decisões, na definição dos rumos da escola.

Um dos elementos constitutivos da Gestão Democrática, a Lei 4.751/2012, é a participação que deve permear todo o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico, considerando: a) a existência de diferentes sujeitos sociais ativos

1 - Esta Orientação Pedagógica foi organizada tendo como base a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com as seguintes normas: NBR 14724 (2011); NBR 10520 (2002); NBR 6027 (1989); NBR 6024 (1989); NBR 6023 (2002).

na escola; b) que os sujeitos influenciam e são influenciados nos diferentes espaços de debate; c) que a construção da identidade da escola é resultante das intervenções dos diferentes atores sociais; d) que a escola é um espaço vivo de debate dos desafios e das alternativas para seu enfrentamento.

A perspectiva defendida nestas Orientações é de defesa da elaboração de um Projeto que favoreça a reflexão sobre o papel de cada um de nós, trabalhadores da educação pública, democrática e que alcance cada vez mais a qualidade social.

Falar de qualidade social significa construir um projeto de escola para todos, que “[...] acentua o aspecto social, cultural, ambiental e inclusivo da educação” (GADOTTI, 2010 p.5), além de outras dimensões. Na perspectiva da qualidade social, o Projeto Político-Pedagógico é o instrumento que orienta o trabalho pedagógico e a coordenação pedagógica, espaço-tempo de reflexão sobre a escola que temos e a escola que queremos.

Nesse sentido, abordaremos os seguintes tópicos neste Documento:

- A dimensão política do Projeto Político-Pedagógico - na qual a participação dos diferentes sujeitos sociais em sua construção é destacada, tendo em vista a superação das contradições existentes na sociedade, rompendo com práticas que promovam ou reforcem injustiças sociais.
- Movimentos na construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola - diagnóstico da unidade escolar e de seu território; concepções que fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas; discussão e elaboração do Plano de Ação; estrutura do PPP.
- Coordenação Pedagógica: espaço-tempo de construção do Projeto Político-Pedagógico - sinaliza a historicidade

e importância da coordenação pedagógica nas escolas públicas do DF como espaço-tempo de elaboração, implementação e avaliação do PPP.

1 - A DIMENSÃO POLÍTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A elaboração de propostas educacionais emancipatórias implica a construção de projetos político-pedagógicos que corroboram a superação das contradições existentes na sociedade, possibilitando a constituição de concepções e práticas progressistas de mundo, de educação e de cidadão.

A escola reflete contradições características da sociedade em que está inserida. As ações pedagógicas praticadas em seu interior são marcadas por conflitos e desafios que, quando diagnosticados, debatidos e estudados por todos, ampliam as alternativas para a implementação de mudanças que tornam a escola mais democrática.

Isto requer tomar como fundamento teórico pedagogias transformadoras que, inseridas na prática social concreta, realizam a mediação entre o individual e o coletivo, oportunizando a inserção da escola na totalidade social de que faz parte. Por isso, o trabalho escolar, concebido, refletido, desenvolvido e avaliado numa perspectiva crítica, centra-se nas questões sociais e coletivas.

Por ser uma construção humana, a Escola, imersa numa dada realidade cultural influencia e por essa realidade é também influenciada. Além disso, modifica-se no contexto de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, é preciso construir um projeto político-pedagógico sintonizado com a sociedade contemporânea e que tenha como objetivo a superação dos desafios apresentados. Isto implica mudanças nas estruturas educacionais, que estão diretamente ligadas à adoção de uma concepção de educação referenciada

na qualidade social que visa à garantia das aprendizagens para todos os estudantes.

Nessa perspectiva, conforme Veiga (1996, p. 13), o Projeto Político-Pedagógico “[...] é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” e, por isso, deve propor alterações na organização do trabalho pedagógico da escola, contemplando as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, num processo permanente de reflexão e discussão de seus problemas, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade que também é política, ou seja, envolve opções que não são neutras. Dessa forma, alguns questionamentos são fundamentais, a saber: Que cidadania esta Escola deseja construir? Quais princípios sustentam as práticas dos sujeitos presentes na escola? São princípios pautados na manutenção, transformação ou na resistência à organização social?

Por ser político e pedagógico, a elaboração do Projeto deve proporcionar o exercício democrático necessário para garantir a participação da comunidade escolar como um todo e a vivência da cidadania. Estabelece-se, assim, uma relação de reciprocidade entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da Escola (Id. *ibid.*, 1996), que se encaminha para a construção de um Projeto que nunca será acabado, estático e definitivo, mas dinâmico e inacabado, ou seja, um “documento de identidade” (SILVA, 1999) da Escola, compreendida como um campo de possibilidades².

Para garantir a participação dos diferentes sujeitos sociais, convidamos todas e todos para, juntos nos inserirmos nos movimentos necessários à construção do Projeto Político-Pedagógico como instrumento de emancipação e organização do trabalho da Escola, que tem na Coordenação Pedagógica o lócus primordial de sua concepção, acompanhamento e avaliação.

2 - O Capítulo III da Lei 4.751/2012 que trata da autonomia pedagógica da escola pública estabelece que cada unidade escolar deve formular e implementar seu Projeto Político-Pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

2. MOVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

[...] A toda hora rola uma estória,
que é preciso estar atento.
A todo instante rola um movimento,
que muda o rumo dos ventos.
Quem sabe remar não estranha.
Vem chegando a luz de um novo dia
O jeito é criar um novo samba,
sem rasgar a velha fantasia [...]

(Rumo dos Ventos – Paulinho da Viola)

Esta Orientação Pedagógica para elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola e para a organização da Coordenação Pedagógica, conforme destacado anteriormente, tem a intenção de subsidiar gestores, profissionais da educação, estudantes e toda a comunidade escolar na definição de metodologias que favoreçam a reflexão, a avaliação, a pesquisa, o estudo, o debate, os consensos, os dissensos e os conflitos que emergem de toda construção coletiva. Partimos do pressuposto de que a elaboração do PPP “[...] requer uma reflexão profunda sobre as finalidades da escola, sobre o reconhecimento de sua historicidade e sobre um processo de autoavaliação que possibilite construir uma nova organização do trabalho escolar” (SILVA, 2007, p. 139).

O Projeto Político-Pedagógico, construído coletivamente, fortalecerá as escolas em busca do cumprimento de sua função social de garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados ao longo da história da humanidade em articulação com os diferentes saberes construídos pelos sujeitos em espaços sociais diversos. Por isso, perguntar qual a função social da Escola numa sociedade onde circulam múltiplos saberes é, no

mínimo, fundamental. É uma questão que deve permear todos os espaços-tempos da escola, em especial os da Coordenação Pedagógica.

Iniciar a discussão do Projeto Político-Pedagógico analisando a função social da Escola na sociedade atual favorece a compreensão do sentido de sua existência secular, como instituição formal de educação de crianças, jovens e adultos. Ao mesmo tempo, discutir a função social da escola nos remete a pensar ainda nosso papel como profissionais da educação; sobre que projeto de educação, de formação e de sociedade defendemos cotidianamente, no exercício de nosso trabalho.

No atual contexto de gestão democrática no Distrito Federal, em que as equipes diretivas e conselhos escolares, legitimados pelo voto direto da comunidade escolar, assumem a gestão de um projeto democrático de escola e de educação com qualidade social, é importante resgatar o PPP como importante instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo, alma e movimento da escola. O Projeto Político-Pedagógico é o corpo que dará a forma e a extensão deste currículo (LIMA, 2012), assegurado legalmente pela Gestão Democrática, Lei nº 4.751/2012.

Com esse intuito, apresentamos a seguir um caminho possível (não o único) para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, com a clareza de que cada instituição em sua singularidade encontrará meios para viabilizar a construção coletiva de seu “documento de identidade” (SILVA, 1999), em consonância com as políticas educacionais do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal³, Currículo da Educação Básica, diretrizes e orientações. Nestas Orientações, todos os movimentos se articulam e determinam um ao outro.

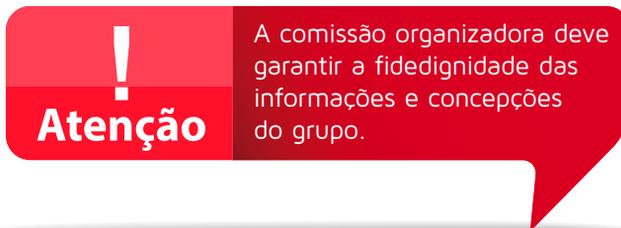
3 - Ressaltamos a importância da elaboração de políticas públicas educacionais como políticas de Estado e não de Governo.

2.1 Organização inicial para a elaboração coletiva do PPP

Primeiramente, a equipe composta por diretor, vice-diretor, supervisor, coordenador e orientador educacional definem a metodologia que favorecerá a participação e elaborará o planejamento para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na e da escola. Para tanto, será preciso definir: a) comissão organizadora composta por: diretor, vice-diretor ou supervisor, coordenadores pedagógicos, orientador educacional, integrantes do EAA, SAA, sala de recursos, Carreira de Assistência à Educação e outros profissionais da escola que o grupo poderá indicar; b) cronograma com ações e datas, com base na estrutura do PPP, apresentada nestas Orientações; c) metodologia de elaboração coletiva estabelecida pelos movimentos propostos neste Documento.

Após essas definições iniciais, a equipe composta pelo diretor, vice-diretor, supervisor, coordenador e orientador educacional, em reunião com os profissionais da educação, apresentará para apreciação e sugestões a proposta metodológica para elaboração do PPP. Nessa reunião, o grupo poderá indicar outros profissionais da educação para compor a comissão organizadora.

O planejamento da metodologia e sua apresentação, bem como a constituição de comissão organizadora compõem etapa preliminar importante para a sensibilização de todos para o trabalho coletivo de construção do PPP e resulta em credibilidade e conquista.



2.1.1 - Comissão organizadora da construção coletiva

A constituição da comissão organizadora para a elaboração do PPP favorece o planejamento coletivo e o encaminhamento das ações para que o processo aconteça democraticamente.

Após a incorporação das sugestões do grupo à metodologia proposta, a comissão organizadora ficará responsável por coordenar as atividades (descritas ao longo desta Orientação), sistematizar as discussões elaborando o texto preliminar do documento e apresentá-lo ao grupo para análise e sugestões, elaborar o cronograma de reuniões/atividades com todos os segmentos: professores e profissionais da Carreira Assistência à Educação, pais, mães, responsáveis, estudantes e Conselho Escolar para desenvolvimento das etapas de construção do Projeto, oportunizando o envolvimento de todos no processo.

É importante que a comissão faça todos os registros das reuniões (em atas e ou memórias), das discussões e decisões, tais como: concepções, objetivos e metas, projetos individuais, em grupos e ou interdisciplinares; reuniões com a comunidade; estudos; planejamentos; levantamentos de dados, entre outros, para sistematização posterior.

As reuniões para debates, estudos e encaminhamentos para o PPP serão realizadas em diversos momentos, sendo as coordenações pedagógicas um dos principais, tanto nos dias destinados aos encontros coletivos, como nos outros dias que poderão ser utilizados para discussão em pequenos grupos (anos/séries/blocos/ciclos e áreas do conhecimento). Vale destacar que os encontros deverão acontecer em todos os turnos da escola, inclusive no noturno quando for o caso, assegurando o envolvimento de todos.

À medida que o grupo realizar as discussões e tomar as decisões, a comissão organizadora sistematizará as ideias, produzindo o Projeto Político-Pedagógico (observar a estrutura para o PPP apresentada neste Documento).

A comissão organizadora deverá apresentar a primeira versão do Projeto (de acordo com o cronograma elaborado pelo grupo da escola) para apreciação dos segmentos de toda a comunidade escolar que fará as supressões ou os acréscimos. A comissão organizadora fará, então, a finalização da versão final do PPP, contemplando as sugestões. Vale destacar que a elaboração desse documento é de responsabilidade de todos, não ficando somente a cargo da comissão organizadora.

A apresentação da versão final do documento para a comunidade escolar é fundamental para seu envolvimento no processo de implementação, acompanhamento e avaliação das propostas/projetos/ações.

2.2 - Primeiro Movimento: Diagnóstico da escola e de seu território

Neste primeiro movimento são realizados o diagnóstico e a análise da escola (e de seu território geográfico), sócio-histórico e cultural e da comunidade na qual está inserida, com o objetivo de promover uma reflexão, envolvendo pais, mães, responsáveis, estudantes, profissionais da educação e conselho escolar, a partir da questão: O que torna nossa escola original, singular, única? A partir dessa questão, podemos levantar:

- Qual sua história? Resgate da História da escola.
- Quem são seus estudantes? Classe, origem, histórico escolar? Quais são suas expectativas em relação à escola?
- Em qual comunidade geográfica e cultural a escola está inserida?
- Qual a situação atual e as perspectivas da escola? (considerando os documentos da SEEDF: Currículo da Educação Básica, Proposta Pedagógica, Diretrizes e Orientações Pedagógicas).
- Quais os principais problemas identificados?

Em síntese: **Qual a escola que temos e qual a escola que queremos?**

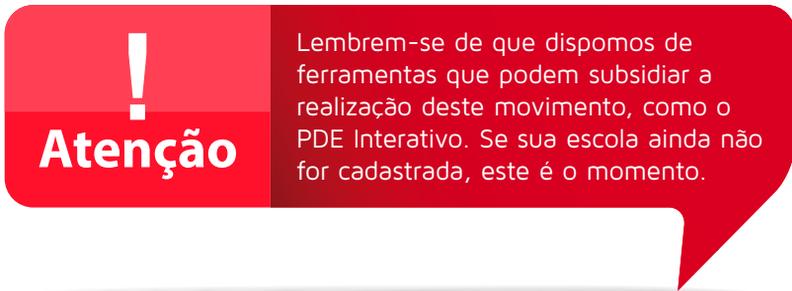
Neste movimento, conforme Neves (1995) são levantados indicadores para avaliar quais são as condições (físicas, materiais, financeiras, humanas), necessidades e expectativas para a realização de um trabalho de qualidade social e de sentido para a escola. Vale destacar que muitos desses indicadores têm sido considerados nos processos de autoavaliação institucional com toda a comunidade escolar, ou seja, já existem (Provinha Brasil, Prova Brasil, IDEB, PAS, ENEM, índices de aprovação, reprovação, evasão escolar, entre outros) e precisam ser analisados, compreendidos e socializados como ações do processo de diagnóstico da realidade escolar que orientará a elaboração do Projeto e sua implementação. Essa compreensão das informações relativas ao contexto escolar e de seu entorno, como sustenta Bourdieu (1997), nos possibilita um “campo de forças” capaz de conservar ou transformar o campo de atuação dos sujeitos, delimitando ou ampliando seus limites e possibilidades.

Enfim, este é o movimento no qual o passado, o presente e o futuro da Escola estão colocados com o objetivo de resgate da memória, de sua identidade cultural, vendo-a como espaço de produção de conhecimentos, de experiências singulares que a diferenciam das demais escolas. É um movimento de desvelamento da realidade que tem por objeto a própria Escola.

Como estratégias para levantamento das informações, dados, depoimentos que ajudem nesse diagnóstico, podemos recorrer a: a) dados do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE INTERATIVO)⁴ ; b) questionários com questões abertas e ou fechadas aplicados aos pais/mães/responsáveis e profissionais

Ferramenta de planejamento da gestão escolar, desenvolvida pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais, disponível para todas as escolas públicas. O sistema tem a característica de ser autoinstrutivo e interativo, estimulando a reflexão sobre os temas abordados. O PDE Interativo está organizado em etapas que auxiliam a escola a identificar seus principais problemas e a definir ações para alcançar seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e melhorar seus resultados. Para acessá-lo, visite o site: <<http://www.pdeescola.mec.gov.br>>.

da educação, com o objetivo de obter informações sobre as questões que ajudem no diagnóstico; c) relatórios das avaliações institucionais realizadas durante o ano letivo; d) pesquisas documentais em registros escritos ou fotográficos, histórias orais dos moradores próximos à escola e servidores, registros da secretaria escolar; e) desenhos e textos elaborados pelos estudantes; f) perfil da comunidade escolar (incluindo situações de risco e ou vulnerabilidade ou outros aspectos evidenciados por meio da aplicação do questionário quantitativo e qualitativo do Plano de (Com+vivência Escolar); g) Censos, h) saídas de campo, entre outros.



2.3 - Segundo Movimento: as concepções que fundamentam as práticas pedagógicas e administrativas na escola

Neste movimento discutiremos as visões do grupo sobre educação e as bases teórico-filosóficas do Projeto Político-Pedagógico da Escola. As questões discutidas serão alinhadas às etapas e modalidades da Educação Básica e especificidades de cada escola. Para isso, podemos levantar algumas questões:

- O que é educação pública?
- O que é qualidade social em educação na escola pública?
- Como podemos traduzir a qualidade social da educação em nossas práticas pedagógicas?

- Quais os valores que orientam nossas práticas pedagógicas?
- O que significa educar para a sustentabilidade, para a diversidade, para a cidadania e educação em e para os direitos humanos?
- O que o grupo entende que seja a função social da escola pública? Qual é sua finalidade?
- Quais as concepções e práticas de gestão pedagógica e administrativa defendidas pelo grupo?
- Quais as concepções do grupo sobre: currículo escolar; avaliação da aprendizagem institucional, de redes; gestão escolar; formação continuada na escola; educação integral; escola inclusiva; considerando as etapas/modalidades ofertadas pela escola (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Especial, Educação Profissional)?
- Qual o entendimento do grupo sobre escola inclusiva (estudantes ANEE, com transtornos funcionais, heterogeneidade, garantia do direito à aprendizagem)?
- No caso de Unidades Escolares com organização escolar em Ciclos e em Semestres, devem-se discutir as concepções do grupo.
- No caso das Unidades escolares com organização escolar seriada, devem-se discutir as concepções do grupo.

Desse movimento de elaboração teórica será possível definir qual a filosofia da Escola, o que pensa o grupo que a compõe e que o diferencia de outros grupos, ou seja, a definição de sua função social, dos objetivos institucionais, de sua finalidade, das razões para sua existência, reafirmando sua intencionalidade. A

definição da função social deve ser clara e objetiva, respondendo à questão: Para que existe a escola pública?

Como estratégias para este Movimento, sugerimos entre outras pensadas pelo grupo: estudos sobre o Currículo da Educação Básica, as Diretrizes e Orientações Pedagógicas da Rede, por meio de leituras; palestras com especialistas ou profissionais da própria escola; vídeos reflexivos; estudos de textos selecionados; discussões para levantamento das concepções dos docentes nas coordenações pedagógicas; oficinas com preenchimento de fichas/quadros, entre outras estratégias pensadas pela escola. Durante essas atividades, a comissão organizadora registrará todas as observações, ideias, sugestões que comporão o texto do PPP.

2.4 - Terceiro Movimento: discussão e elaboração do Plano de Ação

Neste terceiro movimento, a Escola elaborará o Plano de Ação para explicitar objetivamente como pretende alcançar os objetivos propostos e resolver as questões apresentadas no Movimento de diagnóstico da realidade escolar. Este Plano de Ação deve resultar de:

- ações e projetos que a escola desenvolveu no ano anterior, avaliados como importantes para serem mantidos;
- novas ações e projetos sugeridos para resolver situações e problemas identificados pelo grupo, como índice de evasão e reprovação, estudantes com defasagem idade/ano de escolaridade, estudantes com necessidades específicas de aprendizagem e índice do IDEB e não aprendizagem;
- ações no campo da convivência escolar: indisciplina, violência, uso de drogas, preconceitos, discriminação.

- ações voltadas à construção e valorização da identidade dos sujeitos, fortalecendo sentimentos de pertença.
- ações para a formação continuada dos profissionais da educação no espaço-tempo da coordenação pedagógica na escola, na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e outros espaços formativos.

Como elaborar um **Plano de Ação** que atenda as situações identificadas no diagnóstico da escola e explicita claramente como o grupo pretende implementar, acompanhar e avaliar seu Projeto Político-Pedagógico? Quais projetos/ações serão desenvolvidos para a consecução da Missão da escola e o alcance de seus Objetivos?

Um **Plano de Ação** compõe-se de:

a) Objetivos: Expressam os resultados esperados com o desenvolvimento do Projeto ou ação.

Exemplos:

- Melhorar o desempenho escolar dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental.
- Desenvolver uma formação crítica e reflexiva dos estudantes do Ensino Fundamental.
- Reduzir os índices de evasão e repetência com a adoção de práticas avaliativas formativas.
- Implementar metodologias em sala de aula que garantam uma participação mais efetiva do estudante na construção do conhecimento.

b) Metas: Expressam área de abrangência, quantidade do efeito e período – parcelas de tempo previstas para obter certo resultado colocado por um objetivo. Um objetivo pode sinalizar

várias metas. As metas são quantificáveis.

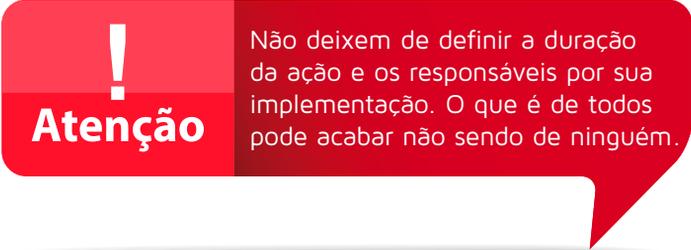
Exemplos:

- Reduzir, ao final de 2016, em 20% os índices de reprovação e evasão nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo: 2014 – 5%; 2015 – 10%; 2016 – 20%.
- Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a catorze anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

c) Ações: São atividades/procedimentos exequíveis propostos para o alcance de uma meta ou objetivo. As ações possibilitarão o alcance dos objetivos e finalidades da Escola. Para isso, devem ser propostas ações nas dimensões: pedagógica, administrativa e financeira do trabalho escolar.

Exemplos de Ações – dimensão pedagógica:

- Estudos sobre temáticas relacionadas ao processo ensino e aprendizagem durante o ano letivo de 2014, com o envolvimento da Supervisão e Coordenação Pedagógica e dos demais profissionais da educação.
- Reuniões quinzenais para estudar a Psicogênese da Linguagem Escrita nos encontros mensais durante o ano letivo de 2014 com especialistas e professores da área de alfabetização.
- Estudos e elaboração de fichas e instrumentos para acompanhamento das reuniões dos conselhos de classe com base na perspectiva da avaliação formativa implícita nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF.
- Discussão da organização do Conselho de Classe, com vistas ao fortalecimento do colegiado.



Atenção

Não deixem de definir a duração da ação e os responsáveis por sua implementação. O que é de todos pode acabar não sendo de ninguém.

d) Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico: O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico pressupõem reflexão com base em dados “[...] concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico” (VEIGA, 1996, p. 32). Esse processo pressupõe a avaliação da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Para garantir sua consecução deve ser explicitada a periodicidade em que ocorrerão as avaliações, bem como os procedimentos/instrumentos que serão utilizados para avaliar (fichas, questionários, encontros, assembleias, reuniões, etc.). Lembramos que há dias para avaliação do trabalho da escola com a comunidade, previstos em Calendário Escolar da SEEDF, a cada ano letivo.

O acompanhamento e a avaliação da implementação do Projeto indicarão aspectos que precisam ser revistos, replanejados e os que merecem ser potencializados.

Vamos conhecer um pouco de cada etapa desse processo?

- Acompanhamento: consiste na observação sistemática das ações propostas no Projeto. É fundamental registrar aspectos observados no desenvolvimento das ações e projetos para serem discutidos coletivamente em momentos, como os destinados à avaliação institucional.
- Avaliação: apreciação dos resultados parciais e finais do Projeto Político-Pedagógico, confrontando-os com os objetivos e ações definidas. Implica a análise das causas do sucesso ou insucesso do trabalho pedagógico

para sua reorganização. A periodicidade da avaliação deve ser definida pelo grupo e registrada no Projeto Político-Pedagógico.

- Exemplo: a implementação do projeto será avaliada no início e término do ano letivo, ao final de cada bimestre ou semestre. Lembramos que a avaliação é constante e que as datas ou períodos sugerem um marco temporal; contudo, nas Coordenações Pedagógicas, nas reuniões ordinárias do Conselho de Classe, do Conselho Escolar e na avaliação institucional/dia letivo temático são oportunizados tempos, espaços, momentos e dados que servem para essa avaliação.

2.5 - Estrutura do Projeto Político-Pedagógico

a) Capa

b) Sumário

c) Apresentação do Projeto e de seu processo de construção. Descrever como se deu a elaboração, sujeitos participantes, procedimentos/instrumentos que promoveram a participação dos profissionais da educação, a comunidade escolar, o protagonismo dos estudantes. Esta parte pode ser ilustrada com imagens, fotos, frases, textos e desenhos dos estudantes. É importante que as partes que compõem o Projeto Político-Pedagógico sejam apresentadas de forma sintética, de preferência no último parágrafo da Apresentação, lembrando que esta é a última a ser elaborada.

d) Historicidade da escola. Descrição da história de constituição da escola; sua construção como patrimônio da comunidade, trajetória, resgate de fatos, situações, pessoas que ajudaram e ajudam a construí-la. Caracterização Física e Dados de Identificação da Instituição.

e) Diagnóstico da realidade escolar. Descrição das

características social, econômica e cultural da comunidade. Devem ser utilizados dados, tabelas, gráficos, quadros, desenhos e frases dos estudantes indicando: como é minha escola? A ferramenta PDE Interativo deve ser utilizada para subsidiar a realização do diagnóstico da realidade escolar e levantamento de índices, resultados, indicadores, dados que mostrarão a realidade da escola e sinalizarão os objetivos/metas e ações a serem contemplados no Projeto Político-Pedagógico.

f) Função social. Retrata o que o grupo compreende ser a função da escola. É fundamental que a função social seja definida coletivamente e amplamente divulgada para a comunidade escolar.

g) Princípios orientadores das práticas pedagógicas. Devem ser levantados no grupo de profissionais, a partir da questão: Quais princípios orientam nossa prática? Compõem o conjunto de princípios e crenças fundamentais para a escola e que sustentam suas principais decisões e ações pedagógicas e administrativas.

h) Objetivos. É por meio da definição dos objetivos que a escola terá a possibilidade de projetar resultados que devem ser alcançados num determinado período, concretizando sua função social.

i) Concepções teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas. Discutidas com o grupo de profissionais e sistematizadas (currículo, avaliação, ensino, aprendizagem, educação integral, entre outros). Vale retomar as concepções apresentadas no Currículo da Educação Básica da SEEDF, 2014.

j) Organização do trabalho pedagógico da escola

- Organização escolar em ciclos, séries, semestres
- Organização dos tempos e espaços
- Organização escolar: ciclos e semestres

- Relação escola-comunidade
- Atuação de equipes especializadas e outros profissionais
- Atuação dos jovens educadores sociais, jovens candangos, educadores comunitários, monitores, entre outros.

k) Concepções, práticas e estratégias de avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Observar as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2014). Importante apresentar como a prática avaliativa é desenvolvida na escola (Conselho de Classe, procedimentos e instrumentos avaliativos, reuniões de pais e outros).

l) Organização Curricular da Escola. Com base no Currículo da Educação Básica da SEEDF 2014, cada escola deve apresentar a forma como promove a interdisciplinaridade, o trabalho com projetos, a relação da teoria com a prática, a contextualização, o trabalho com os temas transversais: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos; Educação para a Sustentabilidade. Desenvolvimento de programas e projetos específicos (Centros de Iniciação Desportiva, Educação com Movimento, Programa Saúde na Escola, entre outros).

m) Plano de Ação para implementação do Projeto Político-Pedagógico (Apêndice A). Deve apresentar objetivos, metas e ações nas Dimensões de Gestão a seguir relacionadas:

- **Gestão Pedagógica.** Abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da escola.
- **Gestão de Resultados Educacionais.** Abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e

proficiência dos estudantes.

- **Gestão Participativa.** Abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve: a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias e a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.
- **Gestão de Pessoas.** Abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes) com o Projeto Político-Pedagógico da escola. Envolve: a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.
- **Gestão Financeira.** Abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.
- **Gestão Administrativa.** Abrange os processos de gestão de materiais, de estrutura física, patrimônio entre outros.

n) Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico. Como será avaliado pelo coletivo da escola, periodicidade, procedimentos, forma de registro.

o) Projetos específicos individuais ou interdisciplinares da escola (conforme Apêndice B)

p) Referências bibliográficas (relacionar as obras e os autores citados no Projeto Político-Pedagógico).



Lembrete !

São construções coletivas e devem constar no PPP:

Plano de ação da Coordenação Pedagógica - sistematiza a organização do espaço-tempo da coordenação pedagógica para desenvolvimento e articulação do trabalho pedagógico e da formação continuada. Para garantir que a coordenação pedagógica seja, de fato, o espaço-tempo primordial de planejamento, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, é importante que o Plano de Coordenação Pedagógica Anual (Apêndice C) componha o PPP.

Plano de ação do conselho escolar; dos professores readaptados; das equipes Especializadas da escola (Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem e Sala de Recursos); do Serviço de Orientação Educacional e outros.

3 - COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: ESPAÇO-TEMPO PRIMORDIAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A coordenação pedagógica nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, prevista em Portaria, é resultante de conquista política dos professores por meio de lutas históricas travadas durante anos, sob o argumento de que contribuiria para a melhoria da qualidade social da educação pública. O Distrito Federal é referência dessa conquista em relação aos demais

estados e municípios brasileiros. A garantia desse espaço-tempo reflete o compromisso do Estado com a valorização e a profissionalização dos profissionais da educação.

Para ressaltar o caráter coletivo da coordenação pedagógica, destacamos o prefixo *co* da palavra coordenação significando estar próximo, junto com os pares; representa a possibilidade de uma *co+ordenação*. Para Anastasiou (2009, p. 223), coordenação “[...] é o ato de conjugar, concatenar um conjunto de elementos ou atividades, ou a gestão de determinado projeto ou setor, sendo responsável pelo andamento, pelo processo (setor, equipe, projeto, etc.)”.

A coordenação pedagógica, na perspectiva da ordenação, constitui-se como espaço-tempo de trabalho fragmentado, alienado e alienante, com foco no emergencial e no procedimental levando à burocratização da função, ou seja, é lugar de tradução das exigências institucionais como instrumento de adaptações. Essa concepção gera o trabalho individualizado que dificulta a ação dos coordenadores e ao mesmo tempo produz a não responsabilidade dos mesmos pela ausência de organização do trabalho pedagógico coletivo. A ação dos coordenadores é solitária.

Na perspectiva da *co+ordenação*, o trabalho pauta-se na reflexão da prática sem desprezo aos procedimentos, na ação coletiva e emancipadora, cujo foco está no processual levando à construção de trabalho colaborativo, constituindo-se como espaço-tempo de possibilidades e de liderança pedagógica democrática. A ação dos coordenadores é reflexiva e impulsionadora, propositiva e de ação solidária. Esta é a concepção de coordenação almejada por professores que buscam o desenvolvimento da escola e da educação de qualidade social (FERNANDES, 2012).

Os espaços-tempos de coordenação pedagógica oportunizam reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico da escola, analisando se desenvolvem a coordenação

na perspectiva da ordenação ou da co+ordenação. Assim, a Coordenação Pedagógica precisa consolidar-se como espaço-tempo de reflexões geradas pelos processos formativos e de autoformação, contemplando o processo de ensinar e aprender, os planejamentos interdisciplinares, o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas, o conhecimento mais aprofundado dos estudantes, a avaliação e autoavaliação e a articulação do coletivo em torno da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola.

A garantia da coordenação pedagógica contribui para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico, de sua rotina (SILVA, 2007) e alienação dos trabalhadores em educação. Potencializar esse espaço-tempo viabiliza o alcance dos objetivos apresentados no Projeto Político-Pedagógico, favorecendo a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Ao mesmo tempo, recupera o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado em contextos em que vários sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros.

O cotidiano escolar e os meios de comunicação anunciam a alta frequência do adoecimento dos profissionais da educação. A importância da fala e da escuta sobre a realidade do trabalho entre os pares constitui-se mecanismo que possibilita dar visibilidade à criatividade e inventividade (MEIRIEU, 2002) que esses profissionais têm implementado para superarem a resistência apresentada pela realidade às prescrições trabalhistas. Daí surge a importância da co+ordenação, como ação entre os pares, também, como espaço-tempo privilegiado dessa “escuta sensível” (BARBIER, 1993) sobre a prática pedagógica e o cotidiano escolar.

Nessa perspectiva do trabalho coletivo e da “escuta sensível” entre os pares, a discussão, elaboração, acompanhamento

e avaliação do Projeto Político-Pedagógico possibilitam a reavaliação das práticas institucionais, docentes e discentes, o compartilhamento de experiências entre escolas, a realização de atividades de reflexão do trabalho do professor, como conselho de classe, avaliação institucional, na perspectiva de trabalho solidário entre os pares (coordenação), em contraposição ao trabalho individualizado e solitário (ordenação).

Potencializar a coordenação pedagógica, como afirma Fernandes (2010), na rede pública de ensino do DF constitui uma possibilidade ímpar de organização do trabalho docente, visando à educação como compromisso de todos os envolvidos, com o foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa possibilidade de constituição do coletivo, de trabalho colaborativo ou conjunto, de interações com compromisso mútuo e de educação continuada concretiza-se por meio das ações coletivas e individuais e pelas intencionalidades dos profissionais envolvidos, declaradas no PPP das unidades escolares como compromisso de todos.

A atuação do gestor, articulador maior do trabalho pedagógico da escola, juntamente com supervisores e coordenadores pedagógicos, é fundamental para que a coordenação pedagógica não se concretize como trabalho individual, apenas, que levaria ao isolamento profissional, mas como um trabalho de interação conjunta (FERNANDES, 2012). Esses atores devem suscitar as ações de formação continuada, sendo também coordenadores formadores, assumindo, assim, papel imprescindível em processos reflexivos sobre as práticas pedagógicas docentes.

3.1 - O papel do Coordenador Pedagógico

Uma escola pensada e organizada por todos os que dela fazem parte tem maiores chances de ser uma escola adequada aos interesses e necessidades dos sujeitos que nela convivem, trabalham, ensinam, aprendem e avaliam. A perspectiva de

escola democrática, participativa, autônoma tem sido reforçada nos últimos anos, desde a promulgação da LDB 9.394/96. No DF a Lei 4.751/2012 – Gestão Democrática retoma e recomenda a criação de instâncias colegiadas no âmbito escolar, como princípio para a efetivação da gestão democrática, sendo a coordenação pedagógica espaço-tempo de constituição de um colegiado pedagógico.

Nesse contexto, todos os sujeitos são importantes, mas um, especialmente, merece destaque neste Documento, o Coordenador Pedagógico. Qual é o papel desse ator nos movimentos de elaboração, desenvolvimento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola?

Como educador-formador, tendo em vista o trabalho pedagógico coletivo, sua atividade apresenta a complexidade de qualquer ação que defende e objetiva o crescimento e a construção da autonomia pedagógica dos profissionais com os quais desenvolve suas funções (BRUNO, 2001). A ele compete articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o Projeto Político-Pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola. Embora a construção de um grupo não seja tarefa fácil, conseguida num passe de mágica, a coesão e a cumplicidade do grupo são possíveis, desde que haja a disposição de todos em promover as mudanças a partir do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente.

Algumas queixas por parte dos professores são comuns nos momentos de coordenação pedagógica, principalmente as relacionadas à relação teoria-prática. O cotidiano complexo do trabalho docente acaba levando a querer e a buscar alternativas didáticas mais práticas para sua realização. No entanto, isso não quer dizer que privilegiaremos apenas a prática como um fim em si mesma. Até porque se assim for, não contribuiremos para a formação continuada reflexiva dos profissionais. Diante disso,

cabe ao coordenador pedagógico:

- Discutir o entendimento de teoria e de prática, mostrando que as referências para a construção de teorias são sempre as práticas constituídas pela humanidade. (Muitos textos, vídeos podem auxiliar o coordenador na condução desse debate).
- Ouvir os professores para identificar suas demandas práticas e recomendar estudos que auxiliem na reflexão sobre o trabalho pedagógico. À medida que forem compreendendo os aspectos envolvidos em suas práticas e ampliando seu campo de visão sobre o trabalho, os professores perceberão a necessidade das discussões e estudos teóricos na Coordenação Pedagógica.
- Criar mecanismos que favoreçam a articulação da teoria à prática nos momentos de estudos, planejamentos, discussões. Para isso, podemos recorrer à Oficina Pedagógica da Coordenação Regional de Ensino para inserir atividades nas coordenações pedagógicas que vão ao encontro do desejo e necessidade do professor, aproveitando para promover uma discussão teórica sobre o jogo, sobre o material didático que será confeccionado.
- Solicitar aos professores sugestões de textos, reportagens, livros que tenham lido, estudado e que recomendam ao grupo. Os professores gostam de compartilhar suas leituras, experiências, sugestões didático-metodológicas.
- Identificar professores com práticas pedagógicas interessantes para realizarem oficinas com o grupo.

Como elaborar um Plano de Ação para a Coordenação Pedagógica, na perspectiva do trabalho coletivo, com vistas ao desenvolvimento das ações sinalizadas no PPP?

Para a organização das Coordenações Pedagógicas, sugerimos algumas estratégias que contribuem para a conjugação de práticas como coordenar, avaliar e formar nesse importante espaço-tempo.

a) Discussão sobre o papel do coordenador pedagógico da escola.

b) Discussão sobre o que é Coordenação Pedagógica.

c) Diagnóstico dos encontros de Coordenação Pedagógica, identificando os aspectos que precisam ser revistos e os que devem ser potencializados.

d) Levantamento com o grupo de profissionais de temáticas e questões que desejam inserir nas Coordenações Pedagógicas.

e) Realização de acordos de convivência e organização de espaço e de tempo, de relações institucionais que ajudam na concretização de um projeto de formação continuada e de planejamento coletivo.

f) Definição de instrumento para o registro das discussões e encaminhamentos do grupo (ata, portfólio, caderno, fichas, diário de bordo, entre outros).

g) Leitura dos pontos discutidos e dos encaminhamentos do encontro anterior no início de cada encontro da Coordenação Pedagógica.

h) Elaboração de cronograma de atividades a serem desenvolvidas, juntamente com os professores, nos dias de coordenação (coletiva e por ano/áreas), como previsto em Portaria específica. Entre as atividades que podem compor o Plano de Ação, sugerimos: estudos sobre o Currículo da Educação Básica,

as Diretrizes e Orientações Pedagógicas da Rede, por meio de leituras; oficinas; palestras com especialistas ou profissionais da própria escola; compartilhamento de experiências entre professores da escola e ou de outras escolas; elaboração dos projetos; análise coletiva dos resultados das avaliações para planejamento das intervenções pedagógicas para as aprendizagens dos estudantes; estudo de casos; planejamentos em geral, entre outras estratégias pensadas pela escola.

A integração dos coordenadores pedagógicos da escola com a equipe diretiva é fundamental para dinamizar o espaço-tempo da Coordenação Pedagógica e, conseqüentemente, para a qualidade do trabalho coletivo. Sugerimos aos coordenadores pedagógicos, gestores, profissionais do SOE, EAA, SAA e da sala de recursos a destinação de um turno na semana, no mínimo, para que possam fazer o planejamento das ações e estudos de temáticas a serem debatidas com os professores. A liderança e referência pedagógica, como atributos dos coordenadores pedagógicos, também serão fortalecidos na própria prática cotidiana comprometida com o trabalho coletivo, com a autoformação e outros processos de formação continuada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a escola como um campo de possibilidades formativas e democráticas requer que se pense outra forma de organização de seu trabalho e as relações interpessoais que se materializam, facilitando ou dificultando a implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), no cotidiano da escola. A construção coletiva do PPP aponta caminhos para rever conceitos, valores, concepções e práticas, muitas vezes cristalizadas e que não contribuem para essa nova organização do espaço-tempo escolar.

O processo de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico no sistema de ensino está vinculado a três níveis de intervenção educacional (QUIXADÁ VIANA e VEIGA, 2013):

- macro, que compreende o âmbito nacional, como o Ministério da Educação, e estadual, como a Secretaria de Educação, a quem compete a formulação de políticas, definição de programas e projetos;
- meso ou intermediário, no âmbito das Regionais de Ensino. Neste nível são desenvolvidos planos de gestão, projetos e ações, com vistas a assessorar técnica, pedagógica e financeiramente as unidades escolares;
- micro ou de unidade escolar, que atinge o âmbito local, ou seja, a escola. É o nível da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

Se a escola se alimenta da vivência cotidiana de cada um de seus membros, coparticipantes da organização de seu trabalho pedagógico, aos órgãos da administração: Ministério da Educação, Secretaria de Educação não compete propor um modelo pronto e acabado, mas definir normas de gestão democrática, como previsto nos art. 14 e 15 da Lei nº 9.394/1996, e na Lei 4.751/2012 do DF, com o objetivo de fortalecer a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar e local em instâncias colegiadas.

Para isso, as intervenções das equipes do nível central e regional precisam contribuir para a concretização do Projeto Político-Pedagógico das escolas, ou seja, as escolas necessitam receber orientação técnica, pedagógica e financeira, de acordo com art. 9º, inciso III, da Lei nº 9.394/96. Isso pode exigir também mudanças na própria lógica da organização das instâncias macro e meso, implicando uma alteração substancial em sua prática, ampliando dessa forma a concepção de gestão democrática e aprofundando a compreensão de Projeto Político-Pedagógico. É imprescindível que o sistema de ensino promova ações com a finalidade de conscientizar, estimular, mobilizar, prestar assistência pedagógica e financeira às escolas para a construção do Projeto Político-Pedagógico que atenda as

expectativas e anseios da população.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Subsecretaria de Educação Básica compreendem que a construção de uma escola verdadeiramente democrática, pública e de qualidade social passa necessariamente pela construção coletiva de seu Projeto Político-Pedagógico. Ao orientar essa construção, a SEEDF reafirma seu compromisso com a comunidade escolar no sentido de repensar a Escola que temos e reafirmar a Escola que queremos, conscientes de que profissionais da educação e escolas estão em permanente processo de revisão de concepções e práticas que devem permear discussões e decisões coletivas no interior da escola.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. das G. C. A função pedagógica da coordenação de curso de graduação. In: ISAIA, S. M. de A.; BOLZAN, D. P. de V. (Orgs.) *Pedagogia universitária e desenvolvimento profissional docente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BARBIER, R. *A escuta sensível em educação*. Cadernos ANPED, nº 05, UFMG, 1993. PP 187-216.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 1997.

BRUNO, E. B. G. Tornar-se professora coordenadora pedagógica na escola pública. In: *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. São Paulo, 2001.

FERNANDES, R. C. de A. Educação Continuada de professores no espaço-tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). *A Escola mudou. Que mude a formação de professores*. Campinas: Papirus, 2010.

_____. Coordenação de curso de graduação: das políticas

públicas à gestão educacional. *Tese de Doutorado*. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

FREIRE, P.. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

JIMENEZ, S.; QUIXADÁ VIANA, C. M. Q.; RABELO, J. *Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo* (Orgs.). Fortaleza: EDUECE, 2013. p.157-180.

LIMA, E. S. *O Diretor e as avaliações praticadas na escola*. Brasília-DF, Ed. Kiron, 2012.

MEIRIEU, P. *A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEVES, C. M. de C. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, I. P. A. *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.

QUIXADÁ VIANA, C. M. Q.; VEIGA, I. P. A. *Plano de Desenvolvimento e Acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico junto aos sistemas de ensino integrados ao Programa Brasil Profissionalizado*. In: SANTOS, D.;...(atenção: referência incompleta).

SILVA, E. F. da. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). *Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico*. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

A - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão: (ver as dimensões apresentadas neste Documento; outras poderão ser acrescentadas)

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA

B - QUADRO PARA SÍNTESE DOS PROJETOS INDIVIDUAIS, EM GRUPOS E OU INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

PROJETO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSOR RESPONSÁVEL	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 2014

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal



GDF